



Prefácio

Kamila Lockmann

Como citar: LOCKMANN, Kamila. Prefácio. *In*: PAGNI, Pedro Angelo. **Retratos foucaultianos da deficiência e da ingovernabilidade na escola: do governo das diferenças a outro paradigma de inclusão**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. p. 10-18. DOI: <https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-367-0.p10-18>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Prefácio

*A política é a guerra continuada por outros meios.
(FOUCAULT, 1999, p. 22)*

*A guerra em regime de desterritorialização não é interestatal, mas uma sequência ininterrupta de guerras múltiplas contra populações que reduz os modos de governar à governamentalidade. [...] O que é governado e o que permite governar são divisões que projetam suas guerras no seio da população a título de conteúdo real da biopolítica: uma governamentalidade biopolítica e de guerra como distribuição diferencial da precariedade e norma da vida cotidiana.
(ALLIEZ, LAZZARATO, 2020, p. 27)*

Podemos dizer que a obra que temos em mãos foi produzida em meio a guerra! Não uma guerra armada, sangrenta ou interestatal. Também não uma guerra civil clássica entre grupos organizados dentro de um mesmo Estado-nação. Se, por um lado, não me refiro a uma guerra “tradicional”, tampouco ela pode ser entendida como metáfora ou exagero retórico: ela é real. Trata-se de uma guerra cotidiana e generalizada, que produziu seus inimigos ao ser travada efetivamente em meio à população e contra ela; mais especificamente, contra determinados grupos que escapam ao ideal normativo ancorado na padronização do capital-competência que deve responder às demandas subjetivas do neoliberalismo.

Para Dardot *et al* (2021), o neoliberalismo não se organizou tão enfaticamente em torno da limitação da ação do Estado, como nos fizeram crer. O problema central do neoliberalismo, era mais propriamente, responder e controlar o caráter potencialmente ingovernável das democracias, limitando o poder de um povo politicamente unido. Assim, nas diferentes versões do neoliberalismo, a crítica à democracia não é um tema secundário, mas “uma questão central na medida em que a democracia é considerada como matriz do pior perigo para as sociedades, o que os neoliberais chamam de “coletivismo” (DARDOT *et al*, 2021, p. 73). Para enfrentar esse perigo democrático, o neoliberalismo procedeu, desde suas origens, a uma escolha fundadora: a escolha da guerra civil. Tal guerra se introduz permanentemente no interior da população e transforma em inimigos parte dos governados. “Nutrindo o ódio de certas categorias da população contra outras, percebidas como ameaças para suas próprias situações e eventuais ‘vantagens’, ela volta o povo contra ele mesmo, divide-o e decompõe-no em comunidades de identidades inconciliáveis” (DARDOT *et al.*, 2021, p. 224). Trata-se de uma multiplicação das guerras e de seus inimigos. São guerras de classe, de raça, de religião. Guerras contra as minorias, contra as mulheres, contra os homossexuais, gays, travestis, indígenas, quilombolas, negros. Guerras linguísticas, culturais e morais. Guerras financeiras, de consumo e de mercado. Guerras entre subjetividades. Trata-se, para Dardot *et al* (2021), de guerras totais que agem em diferentes âmbitos da sociedade. Para eles, são guerras:

[...] sociais, pois pretendem enfraquecer os direitos sociais das populações; étnicas, já que buscam excluir os estrangeiros [e todos os outros] de toda forma de cidadania

[...]; políticas e jurídicas, uma vez que recorrem aos meios da lei para reprimir e criminalizar toda resistência; culturais e morais, pois atacam direitos em nome da defesa mais conservadora de uma ordem moral (DARDOT *et al.*, 2021, p. 30).

É justamente essa escolha fundadora do neoliberalismo que vemos em operação na atualidade brasileira. Uma escolha que nos mostra que a política não se faz em meio a paz, mas na e pela guerra. Como nos lembrou Foucault (1999), a política é a continuação da guerra por outros meios. É por isso que digo que este livro foi escrito em meio a guerra, uma guerra cotidiana que se abate sobre nós há muitos anos, mas que mais recentemente tem intensificado suas estratégias autoritárias e violentas, fortalecido o desprezo a determinados grupos da população e mostrado, sem pudor, sua face excludente e fascista.

É em meio a esse quadro de funcionamento de uma guerra civil cada vez mais cruel e generalizada que surge este livro. “Retratos Foucaultianos da Deficiência e da Ingovernabilidade na Escola: do governo das diferenças a outro paradigma de inclusão” surge como um respiro em meio ao caos! Sem dúvida, trata-se de um livro-resistência, um livro que entra no combate para lutar contra os fascismos cotidianos, contra a exclusão, contra o apagamento de determinadas formas de existências.

Com o intuito de analisar as modulações diagramáticas que compreendem o governo das diferenças, Pedro Pagni sai do lugar comum e confere singularidade às suas discussões ao perpassar por distintas ênfases que materializam sua análise genealógica. Por meio de uma abordagem não convencional, o autor aciona o campo da

educação e da filosofia para oferecer ao leitor um itinerário rebuscado, pelo qual transitaram suas pesquisas nos últimos anos.

Ao propor uma interface entre educação especial/inclusiva e os estudos foucaultianos, o autor nos revela novas facetas que podem ser analisadas considerando o presente brasileiro. Essas novas faces evidenciam a potencialidade e a atualidade do livro em questão, o qual não simplesmente reproduz ou reforça discussões já conhecidas, mas nos brinda com novas problematizações que possibilitam a construção de outras ferramentas teóricas, extremamente necessárias para pensar o presente.

Já se tornou moeda forte entre as pesquisas pós-estruturalistas, dizer que as políticas de inclusão governam, que normalizam, que apagam as diferenças. É recorrente também as assertivas sobre o funcionamento, junto à governamentalidade neoliberal, de um imperativo da inclusão, o qual se sustenta como uma regra geral do neoliberalismo cuja premissa ancora-se no pressuposto de não deixar ninguém de fora. Assegurar a participação de todos. Garantir o acesso de todos. Não permitir que ninguém e nenhum grupo seja excluído. Esses princípios tornaram-se os mobilizadores de uma racionalidade neoliberal que fazia da inclusão a estratégia fundamental para conduzir a vida dos sujeitos.

Pedro retoma tais discussões, mas vai além, contextualizando-as historicamente e convidando o leitor a refletir sobre a forma como tais afirmações podem ou não continuar a ser amplamente acionadas em nosso presente. Por um lado, podemos dizer que o livro acompanha as discussões contemporâneas que vêm sendo amplamente desenvolvidas pelos estudos pós-estruturalistas no campo da educacional. As contribuições de autores como Foucault e

Deleuze para pensar a educação, embora não sejam hegemônicas, vêm crescendo consideravelmente no Brasil e no mundo, fazendo com que as ferramentas disponíveis por tais pensadores se tornem cada vez mais úteis para analisar os discursos e práticas que sustentam a educação contemporânea. Por outro lado, no que se refere ao campo da Educação Especial e Inclusiva, o livro parece se constituir num movimento de contracorrente cujo desafio encontra-se justamente na apresentação e consolidação de outras formas de olhar para esse campo, para além das teorias críticas, para além da apresentação de possibilidades metodológicas que muitas vezes didatizam a nossa relação com o outro, mas também para além do que as próprias pesquisas pós-estruturalistas vêm apontando.

Sem cair, portanto, numa pedagogização da relação com o outro, o livro divide-se em duas grandes partes. Na primeira, retoma discussões acerca dos conceitos foucaultianos de biopolítica e governamentalidade para enfatizar que as bases de ancoragem das políticas de inclusão consistem em tomar a deficiência sob o signo da anormalidade cuja tentativa de correção e normalização são levadas à cabo pelos dispositivos disciplinares de uma anátomo-política do corpo humano e pelos dispositivos biopolíticos que pretendem fazer viver a população. Ao analisar as modulações e deslocamentos que compreendem o governo das diferenças nos últimos anos, Pedro perpassa por essas distintas ênfases até chegar a uma governamentalidade que não só responde às demandas subjetivas do neoliberalismo, mas almeja racionalmente o aniquilamento das diferenças por sua tendência tanatopolítica ou necropolítica.

É nesse momento que percebemos que o livro se propõe a levar adiante o já dito em estudos e pesquisas anteriores, convidando

o leitor a refletir sobre as reconfigurações atuais que vivemos a educação inclusiva contemporânea. Ao analisar a “Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva” (PNEEPEI-2008) e os deslocamentos produzidos diante de publicação da “Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida” (PNEE-2020), Pedro evidencia que paralelamente, a essa governamentalização estatal a inclusão funciona como um dispositivo de subjetivação seletivo, por vezes, racista onde aqueles corpos que escapam de tal normatividade passam a ser excluídos, negando-lhes o direito a uma educação capaz de potencializar a singularidade de suas existências no espaço comum da escola. De forma perspicaz e nada ingênua, o autor problematiza o decreto 10.502/2020 mostrando o movimento de precarização da educação inclusiva que ele enseja na atualidade e a ênfase que denota aos processos de exclusão.

São justamente essas análises que levam o autor a compreender o movimento que ele denomina de uma fratura na biopolítica, o qual transforma a existência do corpo deficiente em uma ameaça e, eventualmente, em alvo de ressentimento, de exclusão e de violência. É assim que o autor nos convida a refletir sobre a face tanatopolítica da governamentalidade, a qual se faz presente em algumas das ações do Governo Federal na atualidade, assim como em várias redes sociais e movimentos que fomentam discursos de ódio contra tudo o que lhe é estranho. Eis a guerra civil generalizada que opera por meio do neoliberalismo, especialmente, em sua face mais conservadora e fascista.

É nesse quadro que Pedro vai analisando os processos de inclusão e exclusão como fenômenos manifestos pelas distintas

condições sociais, econômicas e políticas de cada época, enfatizando distintas faces que ora assumem ênfases mais inclusivas, ainda que para classificar e anular as diferenças, ora explicitam sem temor suas ofensivas fascistas que desprezam o outro, produzem exclusão, morte social e até mesmo legitimam o extermínio das diferenças.

Como que ainda insatisfeito com suas análises produzidas até esse momento, Pedro segue para a segunda parte do livro, onde nos convida a refletir sobre o papel da inclusão em relação à democracia e ao modo como foi se constituindo uma política majoritária de subjetivação que emergente com certo populismo autoritário em nosso país, ancorado num agir por reflexo e não por reflexão. Nesta parte do livro, o autor discute a possibilidade de construirmos uma prática reflexiva na escola, como um certo antídoto a esse agir reflexo e apoiado numa particular formação ética de si. Pedro nos brinda com a possibilidade de construirmos uma ética sustentada por processos outros de subjetivação, onde a relação com a diferença possa funcionar como agenciadora de uma vida comum por vir.

O livro é potente para pensar uma possibilidade de relação com o outro que passe ao lado ou à parte das políticas inclusivas institucionalizadas, que recorrentemente agem na via do apagamento e da normalização da diferença, ou ainda, mais recentemente, pela via da exclusão. As ferramentas da filosofia da educação, enriquecem as análises desenvolvidas e nos permitem olhar para as forças ingovernáveis da diferença na escola, cujas existências poderiam ser vistas como positivas e criativas, antes de negativas, incapazes ou despotencializadas. Talvez esteja aí o que o autor chama de um novo paradigma da educação inclusiva, o qual encontra na relação com a diferença a potência da criação de modos outros de existência que

provoque em cada um de nós certa mobilização dos devires minoritários pautados numa vida comum.

Entretanto, precisamos compreender que para afirmar a potência desses modos de existência outros se torna fundamental estabelecer um compromisso radical com a democracia. Não aquela democracia que cede a isonomia quantitativa e anula as diferenças qualitativas, como bem tematizou Pedro neste livro. Mas uma democracia que ative em cada um de nós uma tensão ética impulsionada pelos devires minoritários capazes de construir uma vida comum baseada no princípio da justiça universal. A guerra mobilizada pelo neoliberalismo contra o caráter ingovernável da democracia precisa encontrar travas que impeçam seu curso. Para isso, precisamos ativar nosso “si político” num ato coletivo de resistência ao que nos é inaceitável no tempo presente. Para isso, é preciso aprender a lição que nos ensina Gros (2018, p. 16) quando diz que:

[...] a democracia é algo muito diferente do que uma forma institucional caracterizada por boas práticas ou procedimentos, inspirada pela defesa das liberdades [...]. Mesmo se ela deve ser isso, a democracia designa também uma tensão ética no íntimo de cada pessoa, a exigência de reinterrogar a política, a ação pública, o curso do mundo a partir de um si político que contém um princípio de justiça universal.

Interrogar a política, a ação pública e o curso do mundo parece ser a nossa responsabilidade neste tempo presente. Responsabilidade esta assumida de forma ética por Pedro Pagni ao se lançar na escrita deste livro, o qual não poderia chegar em hora mais

apropriada. Trata-se de uma obra que nos oferece possibilidades de resistência às barbáries que constituem o nosso presente. Em tempos de desmantelamento da democracia, da propagação de discursos de ódio, do fortalecimento de práticas excludentes e do avanço de ofensivas violentas e fascistas, este livro constitui-se numa declaração de humanidade! Um livro que declara sua humanidade e sua preocupação com o curso do mundo ao denunciar os desmontes da educação inclusiva e ao mostrar as (bio)potências que podem ser produzidas na relação com a alteridade deficiente e suas formas outras de existência.

Rio Grande, 10 de janeiro de 2023.

Kamila Lockmann¹

¹ Professora Associada do Instituto de Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) e do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências (PPGEC) da Universidade Federal do Rio Grande. É Editora Chefe da Revista Brasileira de Educação Especial - RBEE, desde 2022 e foi editora associada da mesma revista pelo período de 2019-2021. É membro da Diretoria da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE). Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2.